



GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos – Trabalho 77

AÇÃO COLETIVA E FORMAÇÃO POLÍTICA: OS COLETIVOS JUVENIS E A OCUPAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE MINAS GERAIS

Luís Antonio Groppo – Unifal-MG

Agência Financiadora: CNPq

Resumo

Este trabalho sistematiza resultados parciais de pesquisa sobre a dimensão educativa das organizações juvenis, destacando a interpretação do movimento de ocupação de uma universidade por seus estudantes em 2016, tratado como um processo de formação política. A metodologia envolveu a leitura crítica de obras acerca de formação política, organizações juvenis e movimento social, bem como pesquisa de campo (por meio de observação participante) e entrevistas com participantes da ocupação. Abordam-se organizações juvenis e estudantes que participaram dos 54 dias de ocupação do *campus* central de uma universidade sul mineira, focando os processos de formação política desenvolvidos ao longo deste movimento. Entre os principais resultados, o exercício efetivo, pelos coletivos juvenis e pela ocupação, da política como dissenso e como ressignificação do espaço da universidade, bem como a multiplicidade e inventividade dos seus processos formativos, em parte autogeridos, em parte possíveis por um profícuo diálogo entre docentes que apoiaram a greve e os estudantes da ocupação.

Palavras-chave: movimento estudantil, organização juvenil, formação política, ação coletiva, universidade.

Introdução

Este trabalho sistematiza resultados parciais de pesquisa sobre a dimensão educativa das organizações juvenis, coordenada pelo autor deste texto. Esta pesquisa tem a contribuição de estudantes de graduação e pós-graduação, bem como de membros da comunidade externa, vinculados ao Grupo de Estudos coordenado pelo mesmo autor do trabalho. Estes colaboradores, ao lado do autor-coordenador, têm realizado leituras críticas, pesquisas de campo e entrevistas acerca das organizações juvenis atuantes em uma universidade do Sul de Minas Gerais.

Estas organizações tiveram papel de relevo no movimento de greve discente e ocupação do *campus* central da universidade, entre outubro e dezembro de 2016. O movimento fez parte de uma ação coletiva mais ampla em território nacional, protagonizada

primeiro por estudantes secundaristas, seguidos por estudantes da educação superior e, em alguns casos, por docentes e técnicos de universidades federais, contra a Medida Provisória nº 746/2016 (MP 746), que visa “reformular” o Ensino Médio, bem como contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016 (PEC 241), que altera as Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo um novo Regime Fiscal que “congela”, por 20 anos, os gastos públicos com políticas sociais. Aprovada no mesmo mês de outubro em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, a PEC foi encaminhada ao Senado e recebeu novo número: PEC 55.

Em sua seção inicial, o trabalho apresenta os objetivos e as justificativas da pesquisa supracitada, bem como alguns dos resultados de suas reflexões teóricas, tratando da noção de formação política e da concepção de política como ação criadora e como dissenso.

A questão orientadora, inicialmente, indagava a respeito das possibilidades de autoformação política dos jovens estudantes, por meio de organizações juvenis que adentram o espaço da universidade. Entretanto, outra questão se fez urgente, reencenando tema tão relevante outrora na pesquisa em educação: o caráter educativo dos movimentos sociais (ARROYO, 2003). A questão: que processos formativos, largamente não formais e informais, os jovens foram capazes de desenvolver por meio do movimento grevista dos estudantes e a ocupação do *campus* de uma universidade pública no Sul de Minas? As seções finais buscam sistematizar possíveis respostas.

1. Dimensões educativas das organizações juvenis

A pesquisa aqui relatada tem como tema os processos educativos não formais e a formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais. Os discentes têm participado não apenas das organizações ditas tradicionais dos estudantes, como os Centros Acadêmicos (CAs) e o Diretório Central Estudantil (DCE), mas também de coletivos não convencionais que atuam em questões políticas de caráter mais geral, como: cursos de extensão universitária voltados à formação política de militantes de movimentos sociais e sindicatos; cursinho preparatório ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) para adolescentes de camadas populares, que também se preocupa com a formação política; e organizações que trazem ao interior da universidade questões étnico-raciais e tematizam as relações de gênero e a diversidade sexual.

A pesquisa tem conhecido também organizações juvenis que buscam sintonizar os

temas tradicionais da política estudantil com os temas citados acima, como o racismo, o machismo e a homofobia, coletivos que têm relações mais ou menos claras com partidos políticos de esquerda. Essas organizações têm disputado nos últimos anos as eleições para o DCE da universidade pesquisada e foram de grande importância para articular o movimento de ocupação.

Tais coletivos juvenis, atuantes nos espaços informais ou não formais da instituição universitária, tem se mostrado como relevantes instrumentos de formação política dos jovens. Estudantes que não pertencem a coletivos, os “não-organizados”, durante a ocupação chamados de independentes, podem ser envolvidos em eventos como assembleias, protestos, palestras, debates, atividades culturais, cartazes, panfletos, ocupações, greve.

A noção de formação política parece, ao menos por ora, a mais adequada para focar os processos educativos presentes no cotidiano dos coletivos juvenis, bem como para interpretar as dinâmicas formativas do movimento da ocupação da universidade. Ela é uma “categoria nativa”, ou seja, é comumente usada tanto por instituições políticas que propõem ações de educação política, quanto no campo dos movimentos sociais e das organizações juvenis. Formação política também é uma categoria “nativa” para os coletivos juvenis pesquisados, e foi bastante usada durante a ocupação. Por meio dela, é possível conhecer as diversas e criativas estratégias e táticas de educação política dos jovens estudantes no seu cotidiano e em seu movimento.

O termo formação política tem sido usado por trabalhos acadêmicos sobre movimentos sociais, como a Pastoral da Juventude (FLORA, 2007), mas principalmente sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) (PIZZETA, 2007, VENDRAMINI, 2007), inclusive, especificamente sobre a formação política da juventude no MST. (MARTINS, 2009). Estes trabalhos sobre os movimentos sociais referendam uma ideia-chave da pesquisa aqui relatada: a importância de processos educativos planejados, mas flexíveis, que ocorrem no interior de organizações juvenis, e que podem ser definidos como educação não formal. (GARCIA, 2007).

Contudo, a ideia de política contida na formação política dos movimentos sociais e dos coletivos juvenis é muito mais ampla do que a das instituições políticas formalizadas. Para os primeiros, o fato político não se limita ao poder político definido como o monopólio da violência legítima, ou ao campo das instituições que controlam o poder (Estado) ou o disputam (partidos). A política é, sobretudo, a possibilidade de que

sujeitos coletivos se organizem e lutem pela própria ampliação do número dos que têm direito a falar e a ser ouvido no espaço público, bem como o alargamento dos temas e questões que podem ser trazidos à luz do debate.

Se o campo da política é muitas vezes pensado como o da força (ou do poder como o monopólio dos instrumentos de violência legítima [Weber, 1993, Bobbio, 1998), para Hannah Arendt (2007) a política e o poder político em sentidos plenos são uma potencialidade, efêmera, criada por uma coletividade de sujeitos que agem juntos e se entendem na esfera do discurso – quando as palavras não são vazias (e revelam realidades) e as ações não são brutais (e criam relações e novas realidades). É intrínseca à ação e à vida política, a violação de limites e fronteiras. Os limites esboçados para orientar a esfera dos negócios humanos, dada a condição humana de “natalidade”, sempre serão abalados pelas novas gerações. Arendt (2007) aponta a importância das novas gerações, e assim dos jovens, que com sua própria presença e ação podem trazer o novo. O sujeito, quando age politicamente, buscando a expressão de si diante dos outros, gera novas realidades, torna possível sua aparição na história e rompe com estruturas pretensamente consolidadas.

Para Rancière (1996a), a política é a atividade que contesta a divisão vigente no mundo sensível (que institui quem pode ser visto e ouvido) e a divisão entre os que são da comunidade e os que formam a comunidade dos que são nada. Deste modo, a política em seu pleno sentido se distingue da “polícia”. A “polícia”, que tem sido tratado equivocadamente como o campo da política, é o “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento da coletividade, a organização do poder e a gestão da população”. No entanto, a política é antes “o conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea”, a saber, “a igualdade entre qualquer ser falante em relação a outro ser falante”, igualdade que “só se manifesta pelo dissenso”. (RANCIÈRE, 1996a, p. 372). A “polícia”, na figura de maquinarias provindas da majestade, divindade, força militar ou gestão de interesses, não deve se confundir com a política:

Só existe política quando essas maquinarias são interrompidas pelos efeitos de uma pressuposição que lhes é totalmente estranha e sem a qual, no entanto, em última instância, nenhuma delas poderia funcionar: a pressuposição da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa, ou seja, em definitivo, a paradoxal efetividade da pura contingência de toda ordem. (RANCIÈRE, 1996b, p. 31).

A política como dissenso ou litígio é quem constrói os sujeitos políticos. Por meio do

dissenso estes novos sujeitos se inscrevem como “algo a mais” em relação ao que era tido como parte do corpo social. Os sujeitos políticos operam desclassificações e desfazem a estrutura policial. Não criam identidades estáveis, mas antes sujeitos em ato, precários. Rancière (1996b) cita os plebeus na luta pelo direito a serem ouvidos no Senado, na República Romana, e os trabalhadores da indústria lutando pelo direito ao voto, no século XIX, na Europa. A interpretação das ocupações e dos seus jovens agonistas, a seguir, indica o exercício da política como litígio e a re-construção de novos sujeitos políticos, como um novo momento de dissenso – ainda que as estruturas da “polícia”, na figura de um Estado de crescente exceção e de um governo instaurado por um golpe institucional (GENTILI, 2016), tenham buscado ignorar o movimento, desqualificá-lo ou, enfim, reprimi-lo com força desmedida.

2. Ocupações

A pesquisa empírica que coletou dados sobre os movimentos das ocupações de escolas e universidades, dados que serão tratados a partir de agora, fez uso das seguintes técnicas de pesquisa: a) pesquisa bibliográfica sobre os movimentos das ocupações; b) coleta de imagens e postagens nas redes sociais e sites da Internet abertos ao público, dos coletivos juvenis investigados; c) coleta de materiais distribuídos em assembleias, reuniões e manifestações de caráter público pelo movimento de greve na universidade; d) observação de atividades públicas promovidas pelos coletivos juvenis da universidade, ao longo de 2016; e) observação de atividades promovidas pelo movimento de greve, de caráter público; f) entrevistas com 8 estudantes participantes da ocupação na universidade.

2.1 A primeira onda de ocupações

A primeira onda de ocupações aconteceu entre o final de 2015 e o início de 2016, em alguns estados, como forma de resistência de estudantes secundaristas contra políticas educacionais de governos estaduais (São Paulo, Goiás e Ceará) ou em apoio à greve de professores (Rio de Janeiro).

O movimento mais forte e bem documentado foi o de São Paulo, que também foi o primeiro. Iniciou-se contra a decisão do governo paulista, anunciada em 23/set./2015, de fazer uma “Reorganização Escolar”, que implicava no fechamento de quase 100 escolas de ensino médio, a transferência de centenas de milhares de estudantes entre escolas da rede e a mudança de ciclos em mais de 700 escolas. Durante 6 semanas, com o apoio do sindicato dos professores estaduais, foram feitos cerca de 163 atos de protesto, em 63

municípios. Diante da negativa de abertura de diálogo pelo governo, os estudantes, de modo autônomo, começaram a ocupar escolas no final de novembro. Em breve, seriam cerca de 200 escolas ocupadas em todo o estado. O governo inicialmente reagiu fazendo uso de seu aparato policial e judicial, mas acabou tendo de recuar diante da força do movimento, que ganhou inclusive opinião pública favorável. A “Reorganização” foi suspensa no início de dezembro. (MORAES; XIMENES, 2016, CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, MARTINS et al., 2016, PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016, CATINI; MELLO, 2016).

Essas mesmas referências, citadas acima, indicaram quais teriam sido as principais características dessa onda de ocupações: seu caráter inesperado, dado que foram realizadas por estudantes, em geral, sem participação política anterior; grande autonomia, ainda que com apoio de coletivos juvenis e sindicatos; a vivência da autogestão nos processos decisórios (nas assembleias), na manutenção do espaço escolar, na organização do movimento (via comissões) e nas atividades formativas (“aulões”, apresentações culturais, oficinas, saraus, debates, mesas-redondas, entre outras); a manifestação de uma relação afetiva com a escola, mesmo com grande rejeição dos aspectos autoritários da gestão escolar e das metodologias de ensino correntes; o protagonismo das secundaristas e a problematização das relações entre os gêneros, entre outras.

Nessas ocupações, os secundaristas viveram a política e a formação política para além do aprendizado de conhecimentos sobre processos políticos formais e valores básicos orientadores. Viveram-nas, antes, como participação em uma ação coletiva, praticando a política como conflito e na resolução de questões concretas que os afligiam em seu dia a dia, e que tinham origem em esferas decisórias governamentais mais amplas – a “Reorganização” em São Paulo, a militarização das escolas e a entrega da sua gestão a organizações sociais em Goiás, entre outras. Durante a ocupação, os secundaristas vivenciaram também outras formas de organização do espaço e de relações de ensino-aprendizagem, neste momento extra-cotidiano, distintas da gestão escolar pouco democrática e das práticas educacionais que têm tido enormes dificuldades de inserir, efetivamente, parte relevante dos adolescentes no Ensino Médio.

Essa outra vivência da política e da formação política também será marcante na segunda onda de ocupações.

2.2 A segunda onda de ocupações

A segunda onda começou no final de setembro de 2016, tendo como alvo, agora, uma nova política educacional de alcance nacional, que reformulava o Ensino Médio, a MP 746. Essa onda teve maior força no Estado do Paraná, onde mais de 800 escolas foram ocupadas, mas alcançou todas as regiões do país, com 19 estados mais o Distrito Federal. Estados com mais destaque na primeira onda, como São Paulo, tiveram poucas escolas ocupadas agora, em parte por causa de táticas intimidadoras usadas pelas forças policiais, segundo relatos. Quando a PEC 142 (depois, PEC 55) foi enviada ao Congresso Nacional, a onda ganhou ainda mais força e alcançou instituições de educação superior (IES), em especial universidades públicas federais. Em seu auge, no final de outubro, mais de 1.000 instituições estavam ocupadas, sendo que 222 eram *campi* universitários (MATHIAS, 2016, OLIVEIRA; SHAW, 2016). Servidores (técnicos e docentes) também declararam greve em ao menos 25 IES federais, no início de novembro, segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN, 2016).

As ocupações conformaram uma onda nacional de protestos, receberam o apoio de inúmeras organizações sindicais e profissionais, vincularam-se a movimentos grevistas de técnicos e docentes e seus agonistas participaram de diversos atos públicos de protesto, tanto locais quanto em Brasília (no dia da primeira votação da PEC 55 no Senado, em 29/nov./2016). Entretanto, não lograram presença significativa nos veículos da grande mídia e foram alvo de ações intimidadoras e violentas, como ameaças ou ataques de grupos contrários, processos judiciais, invasões policiais, prisão de estudantes e docentes e repressões injustificadas de atos públicos, em especial o avanço da cavalaria contra manifestantes em Brasília. Enfim, os protestos não conseguiram evitar a aprovação de ambas as leis pelo poder legislativo.

As entrevistas com estudantes da ocupação na universidade sul mineira, entretanto, indicam que o movimento teve outra espécie de vitória: a formação política das novas gerações, que vivenciaram uma outra forma de política. Publicações consultadas, referendam essa assertiva. Esses relatos informam que se repetiu e até mesmo se ampliou o caráter inovador da primeira onda, com a autogestão na organização do espaço e das atividades formativas, o sentimento de “catarse” coletiva e a quebra da divisão sexual do trabalho na distribuição das tarefas nas comissões. Indicam, entretanto, uma característica que não ficou tão clara na primeira onda, e que esteve mais presente agora entre os estudantes da Educação Superior: um misto de euforia e

mal-estar, que aproxima esse movimento da descrição feita por Pais (2014) do acampamento dos “Indignados” em Lisboa. Segundo estudante entrevistada, do curso de Ciências Sociais, militante: “Para alguém que foi para a ocupação partindo de uma perspectiva pessoal o processo foi a política do medo. Medo dos vários cortes na área de educação, na tão falada privatização das universidades, enfim, no medo da perda de um direito”.

2.3 Ocupação na universidade

Minas Gerais foi um estado que se destacou nessa segunda onda, com ao menos 69 instituições ocupadas, segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (OLIVEIRA; SHAW, 2016). No Sul de Minas, o movimento foi mais forte em um dos seus maiores municípios, que chegou a ter todas as suas escolas públicas de Ensino Médio ocupadas, assim como o *campus* da universidade pública estadual.

No município sede da universidade investigada, a primeira ocupação aconteceu em uma escola estadual de ensino médio, periférica. Esse e outros exemplos aceleraram a gestação do movimento dos estudantes da universidade, que vinha se preparando com diversas dificuldades desde meados de 2016, por meio de assembleias, debates, mesas-redondas e panfletagens.

Os estudantes mobilizados se aproximaram dos sindicatos dos técnicos e docentes. Foi marcada uma “Assembleia Unificada” no início de outubro. Dois dias depois, entretanto, assembleia dos técnicos decidiu pela greve imediata. Na prática, essa greve pouco mobilizou os técnicos, mas seria importante para estimular o movimento grevista das outras duas categorias – mesmo que se tenha abandonado, por ora, a ação “unificada”.

As greves discente e docente só começariam dias mais tarde. Enquanto isso, estudantes ativos conseguiram incentivar discentes de vários cursos a realizar assembleias, nas quais debateram sobre a PEC 55 e votaram favoravelmente pela greve. Em 21 de outubro, no final da tarde, assembleia geral dos estudantes, com grande número de presentes, declarou greve imediata com ocupação da universidade. Diversas aulas foram interrompidas ou impedidas, gerando reclamações de alguns professores e estudantes contrários. Segundo relatos, os estudantes mobilizados fizeram uma “autocrítica” sobre a interrupção das aulas, sem aviso prévio, e passaram a buscar mais o diálogo e a negociação com docentes e técnicos que queriam usar salas ou laboratórios. Também, passaram a usar as “barricadas” com carteiras de modo mais simbólico, como forma de

atrair os estudantes e docentes para as atividades de greve, mas não impedindo quem quisesse retirá-las.

No dia 24, os estudantes ocuparam o prédio da reitoria, onde passaram a realizar suas assembleias diárias. Eram cerca de 200 estudantes, que espalharam seus colchões pelos corredores do prédio da reitoria e formaram comissões para organizar seu movimento e o espaço. Alguns professores ofereceram “aulões” sobre temas relativos ao movimento, como a MP 746, enquanto outros organizaram uma rede de apoio aos estudantes. No dia 28, os docentes declararam greve, em boa parte inspirados pelos estudantes ou solidários a sua ocupação. Dias depois, a conquista perante a reitoria do “congelamento” do calendário, ou seja, a suspensão oficial das aulas enquanto durassem as greves, legitimou o movimento.

Formou-se um Comando Geral de Greve, com reuniões diárias, preocupado sobretudo em organizar atos públicos contra a PEC 55 no município. As reuniões eram abertas, e delas chegaram até mesmo a participar alguns docentes contrários à greve, ainda que poucas vezes. O primeiro ato público aconteceu em 11 de novembro, em praça central da cidade, reunindo cerca de 600 pessoas, numa das maiores manifestações da história do município. O segundo ato aconteceu em 25 de novembro, com número menor de pessoas, cerca de 200, mas com uma dinâmica mais criativa: parte dos estudantes queria uma “ação incisiva”, inspirados por um “cadeiraço” feito dias antes por secundaristas, que interromperam as ruas, durante alguns minutos, sentados em carteiras e declamando jogral. Foi proposto que o acesso principal da cidade, uma rotatória onde se cruzam duas rodovias, fosse fechado. E efetivamente foi assim, com alguns estudantes, com carteiras escolares, faixas e coreografias, fechando o acesso durante meia hora. Dias depois, em 29 de novembro, o movimento enviou dois ônibus para o ato em Brasília, que foi dura e injustificavelmente reprimido.

No interior da universidade, organizavam-se semanalmente atividades de greve. Como exemplo, cita-se a programação dos dias 7 a 13 de novembro, que incluiu atividades formativas, em geral ministradas por professores, como: Roda de Terapia Junguiana e Roda de Conversa sobre diálogo entre gerações; cines-debate; grupo de estudos de Latim; Tertúlia Literária; oficinas de defesa pessoal, de Prazi e de jogos cooperativos; e “aulões” sobre resistência comunalista, saberes dos povos tradicionais, psicologia histórico-cultural, teoria crítica do currículo, teoria crítica sobre identidade e gênero, impactos da PEC 55 sobre a saúde e MP 746.

No início de dezembro, com a PEC 55 aprovada em primeiro turno no Senado, com a sua iminente aprovação em segundo turno e com um desgaste natural do movimento, a ação coletiva foi enfraquecendo. A ocupação dos estudantes, muito longa, já tinha bem menos participantes, enfrentava dificuldades com a alimentação e relatava vários casos de adoecimento e estafa. Já encerradas as greve dos técnicos e dos docentes, em 13 de dezembro os estudantes declararam o fim da ocupação, que durou 54 dias.

3. Aspectos políticos da ocupação

Os próximos itens se baseiam principalmente nas entrevistas feitas com 8 estudantes que participaram das ocupações na universidade sul mineira. O critério de escolha foi que os discentes deveriam ter participado da maioria dos dias em que a ocupação ocorreu. 6 eram mulheres e 2 homens. 5 estudavam História, 2 Ciências Sociais e 1 Nutrição, e estavam em diferentes momentos de formação na graduação. 4 eram independentes e 4 eram militantes de coletivos juvenis – sendo que 2 tinham características de militância fluida e múltipla, transitando entre os diferentes grupos.

Sobre a concepção de política, assim disse a presidente do DCE, estudante de Ciências Sociais, em um evento ocorrido semanas antes da ocupação: “Política não é necessariamente partidária, é qualquer decisão sobre o que vamos fazer e agir. Quando organizamos nossas indignações e agimos coletivamente, muito coisa é possível”. Nessa definição, destaca-se a ação coletiva e a intervenção na realidade imediata, concreta. A política envolve o conflito, também, conforme um estudante de História, independente, que participou da ocupação: “para o bem ou para o mal, a democracia também é conflito”.

Como foi tratado acima, para Rancière (1996b), o âmago da política é o dissenso, por meio do qual pessoas e grupos, outrora deserdados da comunidade política, se fazem sujeitos políticos. Nas entrevistas, estudantes trataram de seu alvorecer como sujeitos políticos. Metade deles não militava em coletivos juvenis, eram os independentes. Isso não significa que fossem despolitizados, já que parte importante vinha de cursos da área de Ciências Humanas, em que temas sociais e políticos são correntes em sala de aula. Também contou o lento trabalho dos coletivos para criar um clima propício ao engajamento, afora o sentimento de medo e mal-estar causado pelo avanço das medidas neoliberais do governo Temer.

Relato de um estudante do curso de História, independente, une a sua decisão pessoal - “mergulhar na ação política” - e a justificativa de que os estudantes, coletivamente,

precisavam mostrar que “são capazes de pensar criticamente”. Exemplifica um processo de configuração do sujeito político, simultaneamente, no âmbito individual e no coletivo. Neste mesmo sentido, segundo mulher, estudante de História, militante, com a ocupação a sociedade

(...) pôde ver que os jovens estudantes são mais do que jovens. São pessoas ativas socialmente, que se preocupam com o futuro de todos. (...). Para nós ocupantes, acredito que tenha sido o ápice de nossa vida universitária. Não só passamos pela universidade, mas ajudamos a construir o país que queremos, fizemos e estamos fazendo parte da história (...). Nos tornamos sujeitos de nossas vidas .

A política como dissenso parece envolver também a ressignificação do espaço do exercício da política, ou a re-politização dos lugares. Foi o caso do prédio da reitoria que teve seu espaço reorganizado e ressemantizado. Os rostos dos reitores, nos quadros da entrada, foram cobertos por letras que compunham “Ocupe a universidade”. As assembleias, em meio a colchões, painéis, copos e talheres, com estudantes distribuídos ao longo de dois corredores, era, ainda assim, extremamente organizada e tranquila. Havia grande preocupação em respeitar a sequência das inscrições, que todos pudessem falar e fossem ouvidos. Foram criadas as comissões de segurança, comunicação, alimentação e atividades. Mais tarde, a comissão de diálogo com os secundaristas.

Buscava-se aplicar, concreta e até radicalmente, os princípios da democracia direta, mesmo que isso significasse longos períodos de debate e reflexão. Tal prática levou a que estudantes e coletivos relativizassem suas posições, acatando decisões coletivas, decididas pelo voto, mesmo quando delas discordavam. Também, se buscou o rodízio na função de representar o movimento nas negociações com a reitoria, evitando a formação de “líderes”. Segundo mulher, estudante de Ciências Sociais, militante, o movimento pode ter deixado à universidade lições sobre a democracia, para que instaure ou permita processos mais horizontais de tomada de decisão política.

É claro, o longo tempo do movimento levou a um natural desgaste, reconhecido pelos entrevistados. Mas pode se considerar como notável o período em que a coalizão que fez o movimento manteve, nas palavras de mulher, estudante de Ciências Sociais, militante, “uma relação de confiança”. É que, dentro da ocupação, havia três diferentes coletivos juvenis atuantes, rivais na política estudantil cotidiana, ao lado de grande número de estudantes independentes. E o movimento ainda envolveu a greve dos técnicos e a greve dos docentes.

Marcante na ocupação, radicalizando seu caráter democrático, foi a preocupação com a

paridade de gênero. Para uma estudante de História, independente, a preocupação em efetivar os valores apregoados no interior da ocupação, em especial a paridade de gênero e o combate ao machismo, foi o aspecto mais positivo do movimento. Nas assembleias, por exemplo, coibia-se que os homens interrompessem as falas das mulheres e não se admitiam jargões machistas nas críticas a professoras adversárias do movimento. A quantidade de mulheres entrevistadas reflete outra característica da ocupação, em que as estudantes estiveram em maior número e tiveram grande combatividade. Dentro da ocupação, elas realizaram inúmeras reuniões “auto-organizadas”, apenas com mulheres, para discutir a pauta feminista, mas também alguns encontros que incluíram homens, em especial para debater o machismo.

Enfim, o movimento das ocupações revelou o caráter afetivo e conformador de coletividades que uma ação política pode ter. Segundo mulher, estudante de História, militante, a ocupação criou elo afetivo e preocupação mútua entre os estudantes. Homem, estudante de História, independente, afirmou que a ocupação criou um “sentimento de coletividade, empatia, trouxe aproximação entre alunos que nunca se viam, mas passaram a desenvolver um amor pelo próximo muito maior que o egoísmo que vemos dentro da universidade”.

4. Considerações finais: aspectos formativos da ocupação

A narrativa sobre a ocupação da universidade sul mineira indicou que havia continuidades, mas também descontinuidades entre a atuação dos coletivos juvenis e o movimento de greve discente. Também, que a dinâmica organizacional da ocupação teve grande influência das ocupações anteriores, as quais se inspiraram largamente nos movimentos de secundaristas chilenos e argentinos, também por influência da cartilha “Como ocupar seu colégio”. (O MAL-EDUCADO, 2015). Mas o caráter formativo destes coletivos e sua influência na ocupação não devem ser minimizados. Na universidade, os coletivos foram muito mais do que meros apoiadores da ocupação, diferente do que se viu nas escolas de ensino médio na primeira onda de ocupações.

Em tempos recentes, as entidades estudantis universitárias pareceram se despreocupar do tema da educação, tratando-a de modo secundário em relação a outras pautas políticas. Não é mais o caso, ao menos para os coletivos juvenis pesquisados, que têm feito da educação sua pauta central, como a defesa de um projeto “popular” de educação, a prática de cursinhos populares com espaços de formação política e a problematização do acesso e permanência na universidade.

Na dinâmica interna dos coletivos, também são marcantes os espaços conscientes de formação, que ilustram uma educação não formal, como “acampamentos” (locais, estaduais e nacionais), encontros de formação, formação dos professores do cursinho, estudos dentro dos “setoriais” (de negras e negros, mulheres e LGBT) e formação dentro de “células” distribuídas entre as “frentes” (estudantes, periferia e meio rural). Uma estudante de Biologia, então recém-ingressa em um dos coletivos, confidenciou, antes do início do movimento de ocupação na universidade: “Aprendo mais sobre a conjuntura política nacional aqui com vocês do que na sala de aula. Tenho um professor que nem sabe o que é uma PEC”. Outra estudante, participante do coletivo que organiza o cursinho popular, do curso de Ciências Sociais, considera que a formação pela militância complementa e aprofunda a sua formação acadêmica: pelo contato com a realidade dos adolescentes da periferia, pela necessidade de estudar leis e políticas para os debates e pela maior apropriação dos espaços da universidade, para além das aulas formais.

Ainda, esses coletivos oferecem espaços formativos mais ou menos planejados para o “público externo”, tanto aos estudantes que não fazem parte dos coletivos, quanto à comunidade local, tais como: os cursinhos populares supracitados, “aulões” em praças públicas, oficina de turbante para crianças negras em projeto social, participação em conferências municipais de juventude, debates, mesas-redondas, assembleias, panfletagem, atos públicos e a própria ocupação.

Como se percebe, já havia sido criado um ambiente de relativa politização pelo trabalho político e formativo dos coletivos juvenis, que tornou possível o movimento da ocupação. Mas o movimento foi uma “catarse” de todas essas potencialidades, inclusive de seus aspectos formativos, multiplicando sua força. Pode se dizer que, nas ocupações, diversas possibilidades educativas dos movimentos sociais, conforme Arroyo (2003), se viram novamente presentes, em especial: luta pelo direito à educação; aprendizado dos direitos; materialidade (valorização da luta pela sobrevivência e pela vida digna); centralidade dos sujeitos - em vez dos processos - na educação; totalização (alargamento do olhar do sujeito acerca do mundo) e presentificação (centralidade do tempo presente e da resolução de seus problemas).

Essas possibilidades educativas marcaram a ocupação da universidade, cujos aspectos formativos podem ser classificados em: propostas para a educação formal; práticas formativas no interior da ocupação.

As propostas para a educação formal foram, a princípio, o aspecto educativo mais consciente desse movimento. Inicialmente, elas se manifestaram na luta pela manutenção do direito à educação, por meio de críticas à MP 746 e, em especial, pela defesa das políticas de acesso e permanência na educação superior pública e gratuita, ameaçadas pela PEC 55. Também, foram marcantes as críticas ao modelo neoliberal, tecnicista e privatista de educação, que tem ganhado mais força com o governo Temer. Contra esse modelo, se fez a defesa da educação pública de qualidade, universal e “emancipadora”.

Com o passar dos dias da ocupação, outra categoria de educação se destacou. Os estudantes, em especial os independentes, foram vivendo outras práticas formativas no interior do movimento, algumas das quais os militantes já tinham mais familiaridade. Algumas eram práticas informais, por meio das assembleias, no trabalho das comissões e nas atividades políticas. Outras eram não formais, autogeridas ou feitas ao lado de professores, como “aulões”, mesas-redondas e oficinas. Essas vivências foram trazendo, conforme as entrevistas revelam, a ideia de que outras relações de ensino-aprendizagem seriam possíveis na educação formal da própria universidade, ao mesmo tempo em que o espaço da universidade ganhava novos sentidos aos estudantes.

Os estudantes que militavam nos coletivos juvenis, assim como os independentes que se engajaram na ocupação, criaram consciência de que existem outras possibilidades de formação social e pessoal, bem como outras maneiras de se inserir em redes de relacionamento social, político e profissional, alternativos ao dispositivo que vem se tornando hegemônico nas universidades. Esse dispositivo, segundo a descrição de Oliveira e Fernandes (2016, p. 94), tem feito com que os estudantes incorporem “(...) a prática da produção do conhecimento que segue a lógica do trabalho intensificado e produtivista dos professores universitários, orientada pela mercantilização do conhecimento no contexto das políticas neoliberais.” No dispositivo hegemônico, os estudantes são completamente heterônomos e envolvidos em processos formativos não-dialógicos. Em contraponto, na ocupação se ensaiaram relações educacionais e processos formativos em que os estudantes tiveram grande grau de autonomia e em que puderam ser estabelecidos diálogos intergeracionais profícuos.

Diante da questão formulada inicialmente, sobre os processos formativos desenvolvidos no interior dos movimentos das ocupações, esse trabalho conseguiu, ao menos, vislumbrar uma constelação de práticas, fazendo um inventário modesto mas indicativo

da sua multiplicidade, criatividade e fertilidade. Também, que essas práticas educativas se baseiam em relações de ensino-aprendizagem dialógicas, por vezes autogeridas pelos próprios estudantes, outras vezes cogeridas por docentes e discentes. Sustentam, enfim, uma noção de política e de formação política que não se conforma com o discurso de que, ao adolescente e ao jovem estudante, resta apenas a adequação acrítica à realidade socioeconômica vigente e o exercício esporádico da cidadania nos processos formais da democracia representativa – e, talvez pior, nos dias atuais, a apatia diante do desrespeito aos próprios princípios dessa democracia limitada.

Referências Bibliográficas

ANDES-SN. Cresce o número de docentes em greve em Instituições de Ensino Superior. Disponível em <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8481>, acesso em 20 nov. 2016.

ARENDRT, H. **A condição humana**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARROYO, . Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**. v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de política**. 11a ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 954-962.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez. 2016.

CORTI, A. P. O.; CORROCHANO, M. C.; SILVA, J. A.. “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176.

FLORA, Â. D.. **A Teologia da Libertação e a formação política cristã de uma geração de jovens rurais militantes na diocese de Chapecó-SC**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

GARCIA, V. A. Educação não formal: um mosaico. In: PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. (orgs.). **Palavras-chave em Educação Não formal**. Holambra: Setembro, 2007.

GENTILI, P. (ed.). **Golpe em Brasil: genealogia de uma farsa**. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

MARTINS, M. F. et al. Entrevista. As ocupações das escolas estaduais da região de Sorocaba/SP. **Crítica Educativa**. Sorocaba/SP, v. 2, n. 1, p. 227-260, jan./jun. 2016.

MARTINS, S. A. **A formação política da juventude no Movimento Sem Terra no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MATHIAS, M. Nova onda de ocupações contra a Reforma. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/nova-onda-de-ocupacoes-contra-a-reforma>, acesso em 10 out. 2016.

MORAES, C. S. V.; XIMENES, S. Apresentação. Dossiê Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 137, p. 1079-1087,

out./dez. 2016.

OLIVEIRA, A.; SHAW, C. Da inspiração nos secundaristas ao diálogo com a pós-graduação. **Boletim Anped**: “Ocupações”. nov. 2016. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/da-inspiracao-nos-secundaristas-ao-dialogo-com-pos-graduacao-ocupacoes-seguem-gerando>. Acesso em 25/nov./2016.

OLIVEIRA, M. A.; FERNANDES, M. C. Socialização, experiências e agentes interlocutores na formação dos estudantes universitários: interfaces da produtividade acadêmica. **Comunicações**. Piracicaba/SP, v. 23, n. 2, p. 93-107, maio./ago. 2016.

O MAL-EDUCADO. **Como ocupar um colégio?** Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/posts/713559985444416>, acesso em 24/fev./2017.

PAIS, J. M. De uma geração rasca a uma geração à rasca: jovens em contexto de crise. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (orgs.). **Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais**. Niterói: Editora da UFF, p. 71-95, 2014.

PIOLLI, E.; PEREIRA, L.; MESKO, A. S. R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**. Sorocaba/SP, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016.

PIZZETA, A. J. A formação política no MST: um processo em construção. **OSAL**, Buenos Aires, CLACSO, ano VIII, n. 22, p. 241-250, 2007.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Cia das Letras, Brasília: MEC, Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, p. 367-382, 1996a.

_____. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996b.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. 9ª ed., São Paulo: Cultrix, 1993.